

HISTÓRIA E LITERATURA: AS REPRESENTAÇÕES RELIGIOSAS EM SELVA TRÁGICA, DE HERNANI DONATO

Jérri Roberto Marin - UFMS

Na atualidade, os diálogos entre os diferentes campos do saber estão cada vez mais freqüentes. As aproximações entre História e Literatura estão na ordem do dia dos historiados. Essa constatação decorre do grande número de publicações, grupos de pesquisas, dissertações, teses e eventos científicos que procuram dar conta dessas abordagens. História e Literatura “participam da construção do mundo, na medida em que ‘criam’ aquilo que cantam”. Como “formas de ‘dizer’ a realidade” são representações ao recriar o real por meio “de um mundo paralelo de sinais, constituídos de palavras e imagens.”ⁱ As duas narrativas podem intercambiar e cruzar as formas de perceber o mundo e re-apresentar o real, apesar de terem métodos e exigências próprios e metas distintas.ⁱⁱ

A narrativa ficcional pode almejar a veracidade dos fatos acontecidos e recorrer às fontes e arquivos, traços do passado que chegam até o presente, para compor suas narrativas. A narrativa histórica é o resultado de uma seleção e organização deliberada de estratégias narrativas, a partir de uma multiplicidade desordenada de fatos. O real é construído pelo autor, por meio da reconfiguração do tempo, ao mediatizar o passado para o público do presente. Os historiadores reconhecem a intervenção subjetiva e ficcional de suas hipóteses e juízos na composição da narrativa do texto histórico, embora desejem aproximar-se o mais possível daquilo que se passou. A interpretação controlável do historiador apóia-se em problemas, conceitos e fontes. Donato, por exemplo, busca, como os historiadores, provar seus argumentos por meio de provas de consistência e de estratégias na construção do texto que reforcem sua autoridade. Por fim, todas as narrativas são intertextuais, não apreendem a realidade, e as narrativas factuais e ficcionais são interpretações; portanto, possuem o mesmo valor ao representar a realidade. Ou seja, fato e ficção são construídos e nenhum discurso pode sustentar a verdade.

Os textos literários poderiam contrariar as “verdades” investigadas pelos historiadores e, mesmo assim, possuir valor como forma de conhecimento. Sabe-se que a literatura não precisa ser justificada, cabendo ao leitor procurar a verdade que traz em suas meias-verdades, pois a literatura, mesmo quando vista como forma de conhecimento, chega a este por meio de um, declarado ou não, fingimento, que é mediação útil à aproximação da verdade como algo mais geral e abstrato.ⁱⁱⁱ Uma obra literária é fonte de si mesma ao revelar o presente da sua escrita, embora a temporalidade retratada no texto não corresponda ao da escritura. A literatura fala sempre de seu tempo, aspecto que permite refletir sobre a data em que foi escrita. Por outro lado, o real pode ser encontrado no imaginário de uma determinada época, pois inexiste uma dicotomia entre ambos.

A literatura apresenta-se como um grande acervo para o estudo das religiões e religiosidades. Os historiadores que já se aventuram pelos textos literários reconhecem a importância da Literatura para resgatar as sensibilidades do momento da escritura da obra e a forma como o autor e os homens representavam a si próprios e à realidade.^{iv} Como testemunho de uma época, nos dá indícios dos sentimentos, sensibilidades, gestos, comportamentos, códigos de conduta partilhados, maneiras de falar, práticas religiosas, saberes, rituais, vivências, entre outras manifestações do sagrado. Nesse artigo, por exemplo, irei analisar a morte e as atitudes diante desta nos ervais de Selva Trágica, de Hernani Donato.

Para Donato, a erva-mate teria gerado fortunas sobre “ossadas de milhares de homens sacrificados metódicamente”.^v A familiaridade com a morte gerou atitudes como a ausência de medo, rancor, tristeza, dor e desespero. A resignação dos indivíduos diante da vida nos ervais e as incertezas quanto ao futuro reforçavam a crença da morte como destino de todos os homens e a confiança na continuidade da vida além da morte. A perda de um ente querido ou de uma pessoa conhecida não era vivenciada como uma separação inadmissível e nem era inominável.

A morte representava uma ruptura ao libertar o homem do mundo irracional, violento e cruel. Todos eram mortais e podiam morrer a qualquer momento e todos sentiam a morte

próxima. Por ser freqüente e sua presença sempre iminente não era apavorante nem obsessiva. Era familiar, um destino de todos os homens apesar de não ser desejável morrer nos ervais. Ali, morrer era uma recompensa e não era vista como lúgubre. Os sobreviventes aceitavam a morte do outro e não temiam a própria morte. Donato, por exemplo, retratou a má sorte de um mineiro jovem e inexperiente que ao carregar um *raído* de cento e cinqüenta quilos falseara o pé e partira a coluna vertebral. Após agonizar durante horas seu cunhado implorou a Curê, administrador do rancho Bonança, que, por caridade, o matasse. Era costume atirar caso a morte tardasse a chegar ou para abreviar o sofrimento do moribundo. Para os familiares, matá-lo resolveria um problema insolúvel e permitiria o descanso eterno. Para Curê, a situação era vivenciada como um aborrecimento diante da escassez de mão-de-obra. Familiares e amigos bebiam e rezavam enquanto aguardavam o “tiro de graça”: por ser um homem bom, seu anjo da guarda, que era seu protetor, deveria conduzi-lo para o colo da Virgem, mãe de todos os homens, para glória de Jesus Cristo, pai de todos os homens. Após ouvirem o tiro disseram “amém”, beijaram a unha do polegar direito, fizeram rodar a garrafa de água ardente e de cabeça descoberta foram buscar o corpo para enterrá-lo.^{vi}

Nos ervais, a morte foi desprovida dos sentimentalismos, do transbordamento de afetividades, dos excessos emotivos, do luto excessivo e da dor insuportável. O velório, quando ocorria, não tinha carpideiras, nem lamentações e o luto terminavam com o enterro e não traduzia-se por uma indumentária, hábitos e demonstrações públicas de dor. As atitudes diante da morte restringiam-se ao silêncio, a uma oração, a comentários sobre a bravura e honradez do falecido, ao atendimento de um pedido do moribundo e ao ato de venerar o morto com o gestualidade de retirar o chapéu. Subentende-se, nesse caso, como um atributo de respeito diante da morte. Enfim, havia alguns rituais funerários que preparavam e garantiam a entrada do morto na outra vida. Não havia cerimônias públicas organizadas, exceto quando o falecido pertencia a uma família estruturada, e nem absolvição sacramental.

Os ervateiros tinham a percepção da mortalidade e acreditavam na imortalidade, ou seja, a dissolução física não implicava no fim da existência. No destino póstumo e individual ocorria o Juízo Final, onde os homens eram julgados pelo cômputo das boas ou más ações e prolongava-se até a eternidade infinita. Após a morte os homens poderiam despertar no inferno ou paraíso celestial, nesse caso desde que, na vida presente, tivessem recebido os sacramentos, respeitado as leis divinas ou obtido o perdão pelas faltas cometidas. Outros estariam condenados a vagar pelas trevas, abandonados ao não ser. O purgatório, como um espaço imaginário do além transitório, de expiação e castigo, até alcançar a paz eterna, não existia como destino póstumo. A maioria das personagens acreditava que a decisão já estava tomada, que seriam condenados ao inferno. Assim, não haveria a luta cósmica entre o bem e o mal para disputar a posse do moribundo nos momentos finais.^{vii}

Os ritos funerais eram breves pois não deveriam interferir no ritmo de trabalho, de produção da erva-mate ou de descanso dos trabalhadores. As formalidades e as cerimônias que marcam a partida são rápidas, discretas, sem emoção e todas as manifestações de luto foram abolidas. A aparência de tristeza, restringiu-se ao círculo familiar ou as pessoas muito próximas pois os demais não tinham forças ou paciência para uma ação dramática diante da morte. Esvaziada de sentido, não tinha sentido velar o falecido, cultuar sua memória com comemorações fúnebres e venerar seu túmulo.

Apenas no enterro de uma adolescente houve o velório, onde apareceram os pais e amigos. A emoção, o choro, a dor apaixonada, a tristeza, a intolerância da separação e as lembranças são substituídas pelo compromisso em agradar a assistência. As bebidas, a comida, a música e a dança davam a cadência ao evento festivo. O corpo, cercado de velas, tornava-se secundário e pouco comovente, exceto para os familiares que devem administrar a perda. Durante o baile a escassez de mulheres tornava a mãe da falecida a mais desejada pelos homens para dançar.^{viii} O velório, como uma reunião festiva e religiosa, baniu a tristeza e o luto.

Em toda a trama não há descrição da forma como ocorriam os enterros e se havia ou não um campo santo onde os corpos eram sepultados. Parecia predominar uma indiferença em relação aos corpos, pois predominava o anonimato das sepulturas. A localização exata da sepultura tinha pouca importância, apesar de haver, algumas vezes, a preocupação em indicar a localização com uma cruz. A cruz conservava temporariamente a identidade do túmulo. As sepulturas, com o esgotamento dos recursos naturais (*ilex paraguayensis*) e com a mudança da localização do rancho, eram abandonadas sem que sua perpetuidade dos túmulos estivesse assegurada, assim como os contatos com os familiares.^{ix} O relativo interesse com os túmulos e o desapego aos restos mortais revelam a aceitação do desaparecimento de um ente querido. A imortalidade do ente querido estava garantida apenas na memória dos que cultivavam sua lembrança. Após o enterro não havia peregrinações aos cemitérios, devoção aos mortos e veneração aos túmulos. Enfim, os mortos, por estarem desprovidos de um lugar de memória, estavam relegados ao anonimato e a maioria ao esquecimento. Essa falta de sensibilidade religiosa diluía-se pelo fato de que nos ervais cada um tinha de zelar por si.

Os corpos dos fugitivos, quando capturados e mortos, eram expostos em locais estratégicos para decomporem-se, servindo de lição, uma espécie de lei pedagógica para os demais trabalhadores e por isso ficavam à mercê dos animais, das aves e intempéries. O veto à sepultura e a não preservação do corpo morto eram valorizados como condição para a imortalidade e para que seu espírito desfrutasse do paraíso. Assim, estavam fadados a vagar eternamente sem repouso. Esse tormento podia ser amenizado pela intervenção divina, pois cabia aos anjos, sobretudo aqueles de Guarda, pegar esses corpos e essas almas em suas mãos e levá-las à Nossa Senhora ou a Jesus Cristo. Nossa Senhora, tida como mãe zelosa, as acolheria no colo e as consolaria. Quando levadas a Jesus, repousariam nas suas mãos, ou nos seus braços, já que a Nossa Senhora era a mãe de todos os homens e Jesus Cristo o pai.^x Outros espíritos, ao contrário, continuavam a vagar sem serem resgatadas, como a dos homens que morreram de sede, apesar disso, essa presentificação dos mortos na comunidade dos

vivos não despertava sentimentos de medo e de pânico.^{xi} Era costume corrente ao beber derramar um pouco do líquido no chão, para amenizar seu sofrimento. Essa punição, de perambular sem repouso, não existe no catolicismo, mas nas religiões do encantamento, onde o morto torna-se mágico e pode permanecer no mundo de formas variadas. Em *Selva Trágica*, vagavam eternamente os espíritos dos homens pecadores, dos que não tiveram sido enterrados e daqueles que morreram de sede. Assim, no aspecto religioso, como resultado dos intercâmbios interculturais e interétnicos, entrecruzavam-se as tradições católicas e indígenas, aspecto que favoreceu os hibridismos culturais e as reinvenções das tradições religiosas. Quando enfermos restava apenas esperar a morte, que nunca tardava e era súbita. Nenhuma personagem jazia no leito, uma vez que a morte os surpreendia nos momentos mais inesperados, e poucos eram advertidos por sinais de que o fim se aproximava. Nos ervais de *Selva Trágica*, não havia o porquê dos moribundos prepararem-se para os instantes finais nem para os cerimoniais tradicionais: não possuíam bens para legar e dos familiares a maioria das personagens não tinha notícias. Por outro lado, ninguém se vangloriava por estar vivo. Todos estavam familiarizados com a morte e a aceitavam, pois era vivenciada como um alívio ao encerrar um ciclo de sofrimentos e dores. Por viverem nos limites, estar vivo ou morto era demarcado por linhas muito tênues. Os fugitivos preferiam morrer a serem capturados. Todos admitiam e aceitavam a morte de forma serena, ativa e a aguardavam. No momento de prestar contas acreditavam que seriam condenados ao horrível inferno e imploravam para que Deus os perdoasse pelos descaminhos e desencontros gerados pela erva-mate. Curãturã, por exemplo, morreu nos braços de sua amada Zola. Sua morte foi vivenciada pelo seu aprendiz Aguará como um alívio, pois estaria livre para seguir seu destino. O luto resumiu-se a tristeza de Zola, que, como Aguará, aceita sem dificuldades a morte do outro tanto quanto a sua própria morte. Noutro caso, Bopi, um ancião, fora surpreendido pela morte e agonizava. Assistido por Pablito passou a descrever as “belezas do outro mundo”, que “nada tinha de feio”. Nos últimos suspiros foi assistido por Zola para quem “ninguém melhor do que uma mulher pra ajudar um homem a

morrer”. Era a morte mais desejada pelos homens.^{xii} Zola o acariciava e preocupou-se em fechar os olhos após o último suspiro. Os demais ao aproximarem do falecido passaram a falar de tudo que sabiam a respeito, tecendo elogios, espécie de orações fúnebres em sua homenagem. Como os administradores demoravam em decidir sobre o enterro todos se irritaram, pois estavam cansados e doloridos e “não podiam empregar o seu tempo de descanso cuidando de um morto! Continuavam vivos e havia um resto de mina para cortar, o que exigia estivessem descansados pela manhã. Para Bopi terminara tudo.”^{xiii} Essa liturgia pública, sem exéquias, deveria ser breve, discreta pois o tempo regulamentar do falecido tinha acabado e os vivos precisavam administrar seu tempo.

O paraíso celestial era almejado pois significava repouso eterno, o “lugar do nunca mais”, onde tudo era bom e belo.^{xiv} Inexistia a crença do final dos tempos, mas a do retorno de São Tomás, que, como mensageiro divino, poderia abolir as condições vigentes no plano físico e reinstalar nos ervais uma nova era plena de justiça, paz, felicidade, princípios e valores. Ou seja, anunciavam um retorno às origens, quando o santo vivia na região. Assim, desejavam atingir *ywy mara eỹ*, a Terra sem Mal, quando o santo lhes anunciaria a vinda dos tempos das coisas não-mortais, ou seja, da *completeza* acabada, cujo estado de perfeição ocorre através dos homens que transcendem a sua condição.^{xv}

Enfim, a morte e os ritos funerários, como demonstramos, não eram uma cerimônia pública, não seguiam nenhum protocolo e nem tinha caráter dramático ou gestos de emoção excessivos. Essas atitudes diante da morte não implicavam num desamor frente ao ente querido mas às condições de vida nos ervais impostas pela Mate Laranjeira. Para o Autor, a fluidez da Igreja Católica, do Estado e da Justiça permitiu que Mate Laranjeira impusesse suas leis e relações de trabalho descristianizando a sociedade e desumanizando os trabalhadores. Nesse olhar que privilegiava o trágico, as práticas religiosas receberam tons depreciativos a fim de assegurar o distanciamento cultural dos ervais mato-grossenses.

Nas obras literárias, valor estético e forma de conhecimento reúnem-se, tornando os limiares entre história e literatura móveis e fluidos. A história também integra elementos ficcionais e documentais, tornando-se, num enredo costurado pelo narrador. Os textos literários, por sua vez, cercam-se de estratégias documentais de veracidade.^{xvi} Enfim, com a pós-modernidade, o limiar entre a realidade e ficção foi esgarçado e nega-se a possibilidade de se conhecer o real. O que une a história e a literatura é o reconhecimento de que inexiste um ponto de vista único e definitivo, pleno de certezas, assim como é impossível tecer uma narrativa totalizante. Sua apropriação jamais esgotará o vivido histórico, exigindo constantes reescrituras.

ⁱ PESAVENTO, S. J. (Org.). *Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000. p. 7.

ⁱⁱ *Ibid.*, p. 7.

ⁱⁱⁱ CHIAPPINI, Ligia. Relações entre história e literatura no contexto das humanidades hoje: perplexidades. In: *Simpósio Nacional da ANPUH*, 20, 1999, Florianópolis. Anais... São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP: ANPUH, 1999. p. 805-17. p. 813-814.

^{iv} *Ibid.*, p. 7.

^v DONATO, Hernani. *Selva Trágica: a gesta ervateira no sulestematogrossense*. São Paulo: Autores Reunidos, 1959. p. 9.

^{vi} *Ibid.*, p. 28.

^{vii} A imagem que os trabalhadores tinham de Jesus Cristo e de Deus possuía atributos positivos: bons, porque possibilitava o perdão dos pecados e omissões, ainda, oferecia a salvação das almas e o compadecimento dos sofrimentos humanos. Por outro lado, estava a configuração do Diabo, “o rabudo-de-chifre”, sempre à espreita, pois ele poderia reivindicar a posse das almas, e, desse modo, ocupava-se em dificultar as decisões e a sorte sobre os homens. Para protegerem-se, os mineiros invocavam a proteção de Deus, de Nossa Senhora, de Jesus Cristo, dos santos e dos anjos. *Ibid.*, p. 72, 79, 123, 158.

^{viii} *Ibid.*, p. 105.

^{ix} A unidade de produção era a *mina*, área constituída por ervais e um povoado, onde residiam administradores, funcionários, milícia da empresa e os trabalhadores, especializados ou não.

^x DONATO, Hernani. *Op. cit.*, p. 28.

^{xi} *Ibid.*, p. 215.

^{xii} *Ibid.*, p. 125.

^{xiii} *Ibid.*, p. 127.

^{xiv} *Ibid.*, p. 129.

^{xv} ELIADE, Mircea. *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70, 1986. p. 12.

^{xvi} PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura. In: *Simpósio Nacional da ANPUH*, 20, 1999, Florianópolis. Anais... São Paulo: Humanitas/ FFCH/USP: ANPUH, 1999. p. 819-31.